

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.510.763 - SP (2019/0156782-7)

RELATOR : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
AGRAVANTE : JAQUELINE SILVEIRA DA SILVA (PRESO)
AGRAVANTE : MONICA ELOISA DE LIMA OLIVEIRA (PRESO)
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
BRUNO BORTOLUCCI BAGHIM - DEFENSOR PÚBLICO -
SP0258060
AGRAVANTE : ALEXANDRE CIRILO DOS SANTOS JUNIOR (PRESO)
ADVOGADO : DOUGLAS MOTTA DE SOUZA - SP322366
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

PENAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. DOSIMETRIA DA PENA. CAUSA ESPECIAL DE REDUÇÃO DA PENA. ABRANDAMENTO DE REGIME PRISIONAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por **ALEXANDRE CIRILO DOS SANTOS JUNIOR** contra decisão que inadmitiu recurso especial manejado em face de acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 637):

"TRÁFICO DE ENTORPECENTES, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO - Materialidade e autoria demonstradas. Depoimentos dos policiais firmes, coesos e em consonância com as demais provas dos autos. Negativa isolada dos réus. Demonstração do tráfico e do vínculo associativo estável e perene, voltado à prática desse delito. Apreensão de significativa quantidade e variedade de drogas, além de interceptações telefônicas, balanças de precisão, celulares e petrechos - Participação de menor importância. Impossibilidade. Atuação eficaz na execução do tráfico - Condenação que se impõe.

PENAS e REGIME DE CUMPRIMENTO - Penas acima dos mínimos legais. Quantidade de drogas - Redução pela menoridade relativa de Alexandre e confissão espontânea quanto ao tráfico de Jaqueline - Negativa de aplicação do redutor do §

4º, do art. 33, da Lei de Drogas - Regime inicial fechado - Negativa da substituição do artigo 44 do CP - Apelo de Jaqueline desprovido, recurso ministerial provido para condenar todos os acusados nos crimes dos artigos 33, caput e 35, caput, da Lei de Drogas."

Nas razões do recurso especial (fls. 693/706), interposto com fundamento no art. 105, inciso III, alínea **a**, da Constituição da República, a Defesa sustenta violação aos seguintes dispositivos legais:

a) artigo 33, **caput**, da Lei n. 11.343/06, ao argumento de que a insuficiência de provas não é apta a condenação. Aponta, para tanto, ofensa ao princípio constitucional do **in dubio pro reo**.

b) artigo 35, **caput**, da Lei n. 11.343/06, pela impossibilidade de afirmar que o agravante se associou com a finalidade de praticar tráfico de drogas.

c) artigo 33, §4º, da Lei n. 11.343/06, tendo em vista que a benesse da causa especial de diminuição de pena foi afastada apenas em razão da natureza e da quantidade de droga apreendida. Pretende, pois, a aplicação da redutora na fração de 2/3 (dois terços).

d) artigo 33, §2º alínea **c**, do Código Penal, pleiteia a aplicação do regime inicial aberto para o desconto da reprimenda, consoante o HC 111.840/STF, que declarou a inconstitucionalidade do §1º do art. 2º da Lei n. 8.072/90.

Apresentadas as contrarrazões (fls.715/725), sobreveio juízo negativo de admissibilidade fundado na incidência das **Súmulas 7 e 83, ambas do STJ, e 284 do STF** (fls. 807/809).

Nas razões do agravo (fls. 807/809), postula-se o processamento do recurso especial, haja vista o cumprimento dos requisitos necessários a sua admissão.

O Ministério Público Federal, em seu parecer, manifestou-se pelo **desproimento** do agravo em recurso especial (fls. 979/987), conforme a seguinte ementa:

**"PENAL E PROCESSUAL PENAL. 03 (TRÊS)
AGRAVOS**

EM RECURSOS ESPECIAIS DE RÉUS, CONDENADOS POR TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA DAS DECISÕES IMPUGNADAS. PEDIDOS ABSOLUTÓRIOS E REVISIONAIS DE PENAS DESCABIDOS. VEDADO REEXAME DE FATOS E DE PROVAS (SÚMULA Nº 7 DO STJ). DEFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL QUE NÃO PERMITE A EXATA COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA (SÚMULA/STF Nº 284). DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADO. PARECER pelo **CONHECIMENTO e pelo **DESPROVIMENTO** dos agravos em recursos especiais."**

É o relatório.

Decido.

O recurso não merece conhecimento.

Conforme relatado, o apelo nobre foi inadmitido pelo Tribunal **a quo** em razão da incidência das **Súmulas 7 e 83, ambas do STJ, e 284 do STF**.

No caso, o agravante deixou de infirmar, **de maneira adequada e suficiente**, as razões apresentadas pelo eg. Tribunal de origem para negar trânsito ao recurso especial, não bastando, para tanto, deduzir genericamente a inaplicabilidade dos óbices apontados na decisão agravada.

Com efeito, das razões colacionadas na irresignação, verifico que a decisão de admissibilidade do recurso especial encontra-se fundamentada na incidência da **Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal**, em razão da ausência da ausência de fundamentação necessária, consoante determina o art. 1.029 do CPC. Sendo certo, no ponto, que a Defesa **olvidou-se** de rebater a incidência do referido verbete sumular.

Desse modo, a ausência de impugnação adequada dos fundamentos empregados pela Corte de origem para impedir o trânsito do apelo nobre, nos termos do art. 932, inciso III do CPC, impede o conhecimento do agravo, cujo **único propósito é demonstrar a inaplicabilidade dos motivos indicados na decisão de inadmissibilidade do recurso por meio de impugnação específica**

de cada um deles. Nesse sentido:

"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA NÃO ATACADO. APLICAÇÃO DO ART. 544, § 4º, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - CPC DE 1973. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Descabido o conhecimento do agravo em recurso especial quando o agravante deixa de impugnar especificamente algum dos fundamentos adotados na decisão que negou seguimento ao recurso especial.

2. Agravo regimental desprovido" (AgRg no AREsp n. 842.493/PR, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Joel Ilan Paciornik**, DJe de 16/5/2016).

Ademais, a jurisprudência desta e. Corte Superior de Justiça é assente no sentido de que: *"O óbice contido na Súmula 83/STJ também se aplica ao recurso especial interposto com fulcro na alínea a do inciso III do art. 105 da Constituição Federal."* (AgRg no AREsp 1248218/PR, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe 06/12/2018).

Ora, não basta deduzir a inaplicabilidade do óbice sumular, devendo ser esclarecido o rechaço aos pontos estares da decisão de admissibilidade, como comprovar, por meio da indicação de precedentes atuais desta Corte Superior, a desarmonia do julgado ou da ausência de entendimento pacificado sobre a matéria, por exemplo, evidenciando, assim, a inaplicabilidade do embargo indicado pelo Tribunal **a quo**, o que não ocorreu.

Assim, *"esta Corte firmou o entendimento de que, "quando o inconformismo excepcional não é admitido pela instância ordinária, com fundamento no enunciado n. 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, a impugnação deve indicar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos mencionados na decisão combatida"* (AgRg no AREsp 709.926/RS, Rel. Ministro **MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, **TERCEIRA TURMA**, julgado em 18/10/2016, DJe 28/10/2016), o que não ocorreu no caso destes autos" (AgRg no AREsp n. 637.462/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe de 1º/8/2017, destaqueei).

Ainda, no que diz respeito à **impugnação da aplicação do óbice da Súmula 83/STJ**:

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NÃO IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 83/STJ QUANTO À VIOLAÇÃO DE LEI FEDERAL. IMPUGNAÇÃO GENÉRICA DA INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 83/STJ.

1. Não se conhece de agravo em recurso especial (art. 544 do CPC) que não impugna especificamente os fundamentos da decisão de admissibilidade.

2. A inadmissão do recurso especial com base na Súmula n. 83/STJ impõe ao agravante indicar precedentes contemporâneos, de forma a demonstrar que outra é a orientação jurisprudencial do STJ.

[...]

4. Agravo regimental desprovido" (AgRg no AREsp n. 740.816/SC, Primeira Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJe de 23/10/2015, grifei).

Portanto, em respeito ao princípio da dialeticidade, a impugnação dos fundamentos da decisão deve ser clara e suficiente a demonstrar o equívoco na sua negativa em todos os pontos indicados pela decisão que negou trânsito ao recurso.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não conheço do agravo em recurso especial.**

P. e I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator